

Sexta-Feira, 05 de Junho de 2026

Dilemário lidera debate sobre população em situação de rua e defende ações efetivas em Cuiabá

Situação preocupante

Redação

A Câmara Municipal de Cuiabá realizou, na quarta-feira (3), uma audiência pública para discutir o crescimento da população em situação de rua na capital e a necessidade de ações efetivas por parte do poder público. O debate reuniu representantes da Prefeitura, do Governo do Estado, do Judiciário, da Defensoria Pública e de entidades da sociedade civil.

Durante a audiência, técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social informaram que Cuiabá possui atualmente 1.803 pessoas em situação de rua, das quais 1.225 são beneficiárias do Bolsa Família. Os dados apresentados apontam ainda que, em âmbito nacional, a população nessa condição saltou de 160 mil para 345 mil pessoas em pouco mais de dois anos.

Autor da audiência, o vereador Dilemário Alencar destacou que o número de moradores de rua na capital aumentou significativamente nos últimos anos, passando de 62 pessoas em 2013 para 1.803 atualmente. Segundo ele, o cenário tem gerado preocupação devido aos impactos sociais, econômicos e de segurança pública.

A secretária municipal de Assistência Social, Héliida Vilela, defendeu a integração entre instituições para ampliar o acolhimento e as oportunidades de reinserção social. Já a secretária de Saúde, Deisi Bocalon, apresentou os serviços oferecidos pelo Consultório na Rua e pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), voltados ao atendimento de dependentes químicos e pessoas com transtornos mentais.

Representando a Procuradoria-Geral do Município, Bianca Zanardi informou que a Prefeitura estruturou um plano integrado envolvendo diversas secretarias, com metas compartilhadas e monitoramento permanente das ações.

O juiz Marcos Faleiros da Silva, integrante do programa PopRuaJud, ressaltou que o enfrentamento da questão exige atuação conjunta e contínua entre os poderes públicos e a sociedade.

Ao final do encontro, ficou definido que as propostas apresentadas serão encaminhadas às autoridades competentes. Também foi anunciada uma nova audiência pública para novembro, quando será feita uma avaliação dos resultados e encaminhamentos gerados a partir do debate.

Para Dilemário, a situação das pessoas em situação de rua exige políticas permanentes que contemplem acolhimento, tratamento para dependência química e transtornos mentais, qualificação profissional, acesso à moradia e oportunidades de reinserção social, garantindo dignidade e condições para reconstrução de vidas.